

---

## Atualidades

---

Economia Internacional

Professor Cássio Albernaz





## ECONOMIA INTERNACIONAL

### União Europeia aceita afrouxar neste ano sua política de austeridade

Crise de refugiados na Alemanha, despesa militar na França e redução de impostos na Espanha reconfiguram a política fiscal

CLAUDI PÉREZ  
Bruxelas 7 JAN 2016 - CET

A Alemanha e os países nórdicos elevarão seu gasto público em 2016 com a chegada de milhares de refugiados. A França aumentará o orçamento em defesa e segurança após os atentados de Paris, e Itália e Espanha acabam de aprovar reduções de impostos. Bruxelas prevê “acomodar” sua política fiscal para permitir esse conjunto de medidas, que em conjunto constituirão o primeiro miniestímulo para a zona do euro desde o início da crise de dívida, em 2010, segundo fontes da União Europeia. Esse tímido incentivo pode ser suficiente para compensar riscos como a instabilidade política e, sobretudo, os problemas da China e dos emergentes.



A Comissão Europeia abandona agora sua paixão pela austeridade, que caracterizou a discutível resposta europeia à crise do euro. Oficialmente, a política fiscal da zona do euro era, é e será “neutra”, como insistiram o vice-presidente Valdis Dombrovskis e o comissário Pierre Moscovici nas últimas semanas. Mas o chefe do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, já sugeriu em meados de dezembro que a frágil recuperação, combinada com os riscos de deflação e o perigo procedente dos países emergentes, obriga a “repensar” esse pilar da política econômica.

A superposição de crises alheias à economia (de asilo e de segurança) fez o resto: Bruxelas permitirá, segundo as fontes consultadas, um maior gasto relacionado à crise migratória em Berlim e companhia, assim como os esforços orçamentários em Paris para enfrentar a crise de segurança.

A Comissão também não pretende exigir grandes ajustes de países como a Itália e Espanha, que reduziram impostos apesar de ter pouca ou nenhuma margem de manobra para isso. A Itália

pode beneficiar-se da flexibilidade das regras fiscais, que tiveram de ser esburacadas como um queijo gruyere ante a constatação de que foram desenhadas para um mundo que desapareceu com a Grande Recessão. No caso da Espanha, paradoxalmente, a instabilidade política joga a seu favor: Bruxelas dificilmente vai exigir ajustes (pelo menos em curto prazo) em vista das dificuldades para formar Governo.

Todas essas medidas constituirão, em conjunto, o primeiro miniestímulo fiscal na zona do euro desde o início da crise da dívida. Keynesianismo muito à europeia — com um tamanho limitado, de apenas alguns décimos do PIB, e quase às escondidas —, mas que ao final permitirá assentar um pouco mais a reativação da zona do euro e melhorará a efetividade do multimilionário programa de compra de ativos do BCE, que junto com a queda dos preços do petróleo sustenta há meses a frágil, tímida e desigual recuperação europeia.

A Europa precisa desse alívio diante de um ano que chega complicado, difícil de prever, repleto de lados claros e escuros, com motivos para esperança, mas ao mesmo tempo com o arsenal de obstáculos próprios das crises maiores. “Os episódios de instabilidade política, os perigosos estertores da crise em Portugal e Grécia, a situação na Itália e os riscos geopolíticos complicam a situação, mas em especial a desaceleração da China e dos emergentes estará conosco por alguns anos e já afeta os mercados”, apontam fontes da UE.

O alívio fiscal pode servir “para rebater todos esses ventos contrários”, segundo as mesmas fontes, mas pouco mais: 2016 será um ano complicado, embora não tão duro como 2015, que voltou a tirar do armário os riscos de desintegração do euro.

“A queda dos preços do petróleo é o primeiro estímulo para a Europa. A depreciação do euro, por atuação do BCE, é o segundo. Com isso e com os efeitos das reformas em países como a Espanha e Irlanda, a crise migratória é uma grande desculpa para permitir ver estímulos na Alemanha e permitir que a crise da zona do euro continue cicatrizando”, afirma em Harvard o ex-economista chefe do FMI, Kenneth Rogoff. “Mas é difícil ser abertamente otimista com a Europa, com o Brexit, a instabilidade política, a crise migratória e de segurança e as demais. Mais ainda quando ninguém ficará imune aos problemas da China”, acrescenta.

## **Crescimento próximo aos 2%**

“Não se pode exagerar esse estímulo: contribuirá um pouco na Alemanha e um pouco menos na França. E é incerto que permita tornar mais efetivas as medidas do BCE”, aponta Wolfgang Münchau, da Eurointelligence. “Mas o maior problema de 2016 é a China e a desaceleração cíclica na Europa e nos Estados Unidos”, destaca. Bruxelas prevê que o PIB do euro crescerá 1,8% este ano. Isso permitiria recuperar, enfim, o nível de 2008. A concatenação de crise e o acúmulo de erros retardaram em oito anos o fechamento dessa brecha; os EUA demoraram metade desse tempo com políticas mais agressivas.

“Esta Comissão não é tão fundamentalista como a anterior e permitirá que os grandes países gastem, mas a Europa precisa de um verdadeiro estímulo fiscal. E esta não é a expansão de que necessita a zona do euro. Mesmo assim, pode transformar uma imponente cefaleia em uma dor de cabeça comum”, conclui Charles Wyplosz, do Graduate Institute.

## União Europeia tenta evitar a saída do Reino Unido em reuniões com David Cameron

O presidente do Conselho admite que “ainda há muito por fazer” para se chegar a um acordo

CLAUDI PÉREZ

Bruxelas 19 FEV 2016 - BRST



Os dirigentes da União Europeia (UE) conseguiram realizar apenas “alguns avanços” nas negociações com o Reino Unido para se chegar a um acordo que permita evitar a retirada britânica do bloco econômico. Ainda restam inúmeras e intensas horas de reuniões bilaterais, nesta sexta-feira, para procurar estabelecer um compromisso satisfatório para todos. As intensas conversações entre o primeiro-ministro britânico, David Cameron, e os dirigentes dos outros 27 membros da UE se prolongaram madrugada adentro. O encontro registrou as divergências que ainda persistem quanto às exigências de Londres para conseguir a aprovação dos britânicos no referendo sobre a saída (movimento que tem sido chamado de Brexit) que Cameron deve convocar para junho.

O acordo “poderá levar mais tempo do que o previsto”, admitiu o primeiro-ministro irlandês, Enda Kenny, à saída do encontro, onde Cameron permaneceu fechado durante toda a noite em reuniões com os altos funcionários da UE, o presidente francês, François Hollande, e os primeiros-ministros belga e tcheco. Estes três dirigentes representam os mais reticentes em relação a vários itens do projeto de acordo, negociado pelo presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, que admitiu a existência de dificuldades: “Por enquanto, houve alguns avanços, mas ainda há muito por fazer”, afirmou. O britânico Cameron deixou a última reunião depois das 5h30 (horário local) da manhã sem fazer nenhuma declaração. Os dirigentes, que, em princípio, deveriam se encontrar pela manhã, se reunirão mais tarde, por volta do meio dia (horário europeu). O que seria um café-da-manhã se transformará em um brunch.

As grandes perturbações econômicas costumam desembocar em grandes crises políticas. O encontro de Bruxelas debatia à noite fórmulas para evitar a saída do Reino Unido, que causaria grande confusão na UE, e para a crise migratória, que tem causado profundas divisões na Europa. Em meio à tensão inerente a situações dessa dimensão, os dirigentes procuram fechar com Londres os últimos detalhes de um acordo que se dá quase por concluído. Quanto aos refugiados, chuta-se a questão para a frente: apesar da irritação de Berlim, não são esperadas soluções antes do próximo encontro, em março.

O encontro europeu leva em consideração o fato de que no referendo britânico sobre a permanência na União Europeia está em jogo o próprio conservador David Cameron. Enquanto isso,

a crise dos refugiados provocou um terremoto político na Alemanha, onde a primeira-ministra (chanceler), Angela Merkel, deixou de ser intocável. Merkel não retirará nada de substancioso desta reunião. Mas a Alemanha, apoiada na Comissão e no Conselho, já impôs na pauta da próxima reunião, em meados de março, a definição, de uma vez por todas, de alguma medida paliativa concreta depois de um ano inteiro de discursos que ficaram em banho-maria: a Europa conseguiu distribuir 497 migrantes de um total de 160.000 que, conforme os acordos, deveriam ter sido alocados; um mísero 0,3% do total.

“Este encontro é ou de construção ou de ruptura”, resumiu o presidente do Conselho Europeu nesta quinta-feira. Ciente de que a União Europeia necessita de altas doses de tensão para dar qualquer passo mínimo adiante, Tusk previu negociações “difíceis e delicadas”, com um enxame de juristas em torno dos chefes de Estado e de Governo para deixar o texto final do acordo com o Reino Unido bem amarrado e evitar que ele se transforme em uma caixa de Pandora com consequências imprevisíveis. Os dirigentes encerraram o capítulo britânico sem maiores sobressaltos. Houve reuniões bilaterais durante a noite e os negociadores continuaram a dar acabamento ao texto final. A previsão é de que o acordo se conclua nesta sexta-feira, mas não estava claro que isso ocorreria na parte da manhã.

O pacto está praticamente pronto, embora as suas consequências ainda estão longe de estar claras. Cameron, Tusk e o presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, fizeram um trabalho prévio enorme para chegar ao encontro com apenas três itens em aberto. Os dirigentes confiam em encontrar a solução para um sudoku impossível: um acordo que não segure a UE nem desacelere a integração da zona do euro, ao mesmo tempo em que permita que Cameron faça campanha para evitar o Brexit (a saída do Reino Unido do grupo europeu). Para isso, fazem uma série de concessões aos britânicos. Todas simbólicas, com exceção de um ponto: os 28 países membro concordam em permitir que Londres discrimine os trabalhadores conforme o seu passaporte, embora o tratamento igual para todos seja um dos pilares básicos da UE. Vários países temem que essa medida —que, à primeira vista, significa uma afronta aos valores europeus— desencadeie discriminações em outros lugares, e com outros benefícios. E, no entanto, ninguém ameaçou com um veto, nem mesmo os países com mais tradição migratória, ou seja, os do Leste europeu.

### “Agora ou nunca”

Cameron chegou a Bruxelas “disposto a lutar por um bom acordo”. Com a mensagem de que é “agora ou nunca”. E com a chantagem habitual, que consiste em agitar o espantalho de um não no referendo que será realizado no final de junho para evitar surpresas desagradáveis de última hora entre os membros que querem diminuir o alcance do texto final. Londres quer cantar vitória de olho no referendo, e todo mundo parece disposto a lhe estender o tapete vermelho: até mesmo o capítulo mais controverso, o da redução dos benefícios a trabalhadores imigrantes que estejam contribuindo a menos de quatro anos no Reino Unido, está praticamente pronto.

O Governo Britânico poderá utilizar um freio de contenção emergencial quando a Comissão considerar que o seu Estado de bem-estar (benefícios públicos) se encontra sob uma pressão insuportável. Ainda falta definir alguns detalhes, em especial a quantidade máxima de anos em que esse freio poderá ser utilizado. Todo o restante está bem encaminhado.

Mas nem mesmo um consenso sobre esse tema garantiria um mar de rosas para Cameron. Não está claro o que o Parlamento Europeu fará quando tiver de alterar a legislação europeia em vigor. E nem sequer o exército de juristas e diplomatas que se amontoavam nesta quinta-feira

no encontro atrás dos chefes de Estado e de Governo pode se aventurar a dizer o que ocorrerá quando os trabalhadores levarem essa resolução ao Tribunal Europeu de Justiça sob alegação de tratamento discriminatório.

Os países do Leste, capitaneados pela Polônia e pela Hungria –tradicional aliados dos britânicos--, lutam para que se erga um perímetro de segurança para que outros países não adotem medidas similares de discriminação aos imigrantes dentro da UE. E a França, juntamente com a Bélgica, Luxemburgo e, sobretudo, Itália, procurava esvaziar os demais capítulos, em especial a complexa seção relativa aos direitos dos países que não adotam a moeda única.

O Governo francês está preocupada com seus bancos: acredita que Londres possa aproveitar para dinamitar a união bancária, com uma regulação menos flexível que permita ao sistema financeiro britânico competir com vantagem. A Bélgica, além disso, se opõe a que o Reino Unido inclua nos tratados europeus que, a partir de agora, o país não se sente atrelado ao lema da UE, “uma união cada vez mais estreita”. Ainda será preciso aguardar 2018, quando se prevê que os tratados sejam reavaliados, para ver se Londres conseguirá impor essa alteração.

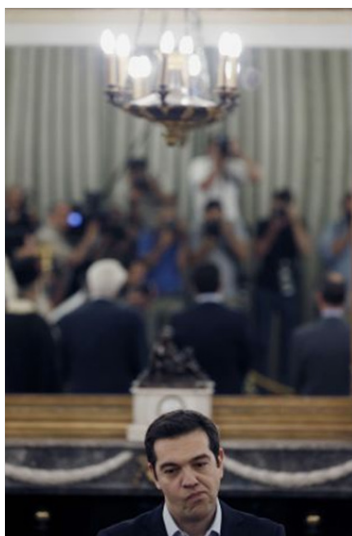
O pacto deve ser concluído nesta sexta-feira, e, com ele, o apoio de Cameron ao sim no referendo. Os britânicos impuseram concessões em um momento de grande fragilidade no continente, que corre o risco de que o relógio do projeto europeu atrase: aos golpes da crise do euro se unem as tensões geopolíticas com a Rússia, uma crise migratória que a cada dia se transforma mais em crise política e, por fim, um projeto dividido entre Norte e Sul, Leste e Oeste, credores e devedores. Sob essas condições um Brexit seria uma bomba radiativa.

## Grécia continua a ponto de deixar o euro apesar do novo resgate

As receitas do programa europeu complicam o crescimento do país

ALICIA GONZÁLEZ

Madri 19 JUL 2015 - BRT



A negociação do terceiro resgate financeiro para a Grécia abriu a caixa de pandora dos tabus europeus. Os Governos dos países do euro negociam agora o maior resgate financeiro de sua história. E será o terceiro para a Grécia, depois do fracasso dos dois planos anteriores. Mas as

bases de negociação mudaram. Se até agora tudo parecia voltado a preservar a integridade da união monetária, agora o abandono temporário do euro se transformou em arma de negociação.

“O abandono da moeda única é possível. No futuro, a irreversibilidade da associação ao euro em tempos de crise será posta em questão”, advertiram os economistas da Goldman Sachs em um informe nesta semana.

O ministro das Finanças alemão, Wolfgang Schäuble, foi encarregado de colocar na mesa uma possibilidade que até agora parecia absolutamente descartada. Quando em 2011 e 2012 a pressão dos mercados sobre os países da periferia europeia arrefecia, as autoridades da Comunidade Europeia respondiam às dúvidas sobre o futuro da moeda única garantindo que não havia volta na união monetária. Essa argumentação deu lugar ao famoso “farei o que for necessário para salvar o euro” do presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, em julho de 2012, e o início de uma bateria de medidas para evitar o contágio financeiro, que agora se comprovaram bem sucedidos.

“A ideia de Grexit [saída da Grécia da zona do euro] ganhou legitimidade como forma de remediar o fato de que a dívida da Grécia disparou e a evidência de que necessita de um perdão, um tipo de reestruturação que não é permitida sob o Tratado de Maastricht”, explicou o Instituto de Finanças Internacionais (IIF), o lobby dos maiores bancos privados do mundo, em sua nota semanal aos associados.

O novo programa negociado por Atenas com os demais sócios também não ajuda. “O ajuste fiscal é pronunciado demais se levarmos em conta que a Grécia ainda está presa a uma forte recessão econômica. Esta política possivelmente terá um efeito de contração, e tornará ainda mais difícil alcançar os objetivos fiscais acordados com os credores”, garante Diego Iscaro, economista sênior da consultora de riscos IHS, de Londres.

Isso depois que o PIB grego caiu 30% nesta crise, segundo cálculos do economista chefe da Nomura, Richard Koo, uma queda equiparável à sofrida pelos Estados Unidos na Grande Depressão. Por isso, diz Koo, as autoridades europeias se enganam ao insistir nas mesmas receitas que provocaram semelhante contração. “São baseadas na presunção irreal de que as reformas estruturais podem dar um impulso imediato ao PIB”, afirma.

## **Aumento da dívida**

Sob essas condições, adverte por e-mail Charles Wyplosz, professor de Economia Internacional do Instituto Universitário de Estudos Internacionais em Genebra, a Grécia será incapaz de recuperar o acesso aos mercados, objetivo último do programa de resgate. Wyplosz dá números e sustenta que o novo programa aumentará a dívida existente em mais 25% até passar de 200% do PIB. E tanto o FMI como o próprio BCE esta semana garantiram que a dívida helênica não é sustentável.

Legalmente, nem as autoridades europeias nem o FMI podem aceitar um perdão de suas dívidas. Só podem aprovar medidas para reestruturar os empréstimos e tornar seu pagamento mais fácil para Atenas. Mas muitos especialistas acreditam que essa medida é insuficiente. A Grécia já desfruta de um período de carência de 10 anos, durante os quais só paga juros e não o principal do empréstimo. Mas o FMI considera que essa medida é insuficiente e propõe estender o período para 30 anos.



A bola agora está no telhado da Grécia, afirma de Milão Marco Valli, economista chefe da Uni-credit para a Europa. “Mesmo se o Governo de Atenas aplicar um programa no qual disse que não acredita, as perspectivas de crescimento são incertas, e se a economia não responder será impossível que a Grécia continue no euro”, conclui.

## China: Crescimento da economia mais baixo em 25 anos

20/01/15 07:56 CET

O crescimento da economia chinesa foi, em 2014, o mais baixo em quase um quarto de século. O PIB cresceu 7,4%, menos três décimas face aos dois anos precedentes. Falhou em uma décima o objetivo fixado por Pequim.

Contudo, os líderes chineses mostram-se confiantes e, em vez de abrandamento, preferem falar em “reequilíbrio” e de uma “nova normalidade”, em que o crescimento será “impulsionado sobretudo pelo consumo e a inovação” e não tanto pelo investimento e exportações.

O comissário do Gabinete Nacional das Estatísticas da China, MaJiantang, sublinhou que “em 2015 o país enfrentará uma situação económica interna e internacional difícil, mas deverá estar preparado para tal. Ao mesmo tempo, deverá ter em atenção o grande potencial e as condições para um crescimento estável da economia chinesa a longo prazo”.

A China viu desacelerar o setor imobiliário e subir a dívida empresarial e dos governos locais. As medidas de estímulo e o recuo do preço do petróleo evitaram uma desaceleração ainda mais forte. Mas a tendência vai manter-se este ano.

O FMI baixou as previsões de crescimento de 7,1% para 6,8%.

A China é o maior país exportador do planeta e a segunda economia mundial, atrás dos Estados Unidos, cujas previsões de crescimento foram revistas em alta.

19/01/2016 - Atualizado em 19/01/2016

## PIB da China cresce 6,9% em 2015

É o pior resultado anual da 2ª do país nos últimos 25 anos.

Crescimento no 4º trimestre foi o mais baixo desde a crise mundial em 2008.

Do G1, em São Paulo

O Produto Interno Bruto (PIB) da China teve crescimento de 6,9% em 2015, o mais baixo desde 1990, segundo os dados oficiais divulgados nesta terça-feira (19) Escritório Nacional de Estatísticas em Pequim. A segunda maior economia do mundo, acostumada com crescimentos acima dos dois dígitos nas últimas décadas, cresceu 6,8% no quarto trimestre de 2015 no comparativo com o mesmo período de 2014.

No ano passado, o PIB chinês continuou sua tendência de desaceleração progressiva, com avanços trimestrais de 7%, no primeiro e segundo trimestres; 6,9%, no terceiro, e 6,8% no último. O crescimento de 6,8% no quarto trimestre do ano passado foi o mais baixo em um período de três meses desde a explosão da crise financeira mundial em 2008.

"A economia alcançou um crescimento moderado, porém estável e sólido", afirmou o Escritório Nacional de Estatísticas em comunicado. No ano passado, o Produto Interno Bruto da China totalizou 67,67 trilhões de iuanes (US\$ 10,33 trilhões).

O setor de serviços foi responsável por 50,5% do PIB chinês no ano passado (48,1% em 2014), segundo o governo, seguindo a tendência de crescimento registrada ao longo dos últimos 20 anos. O resultado atende à proposta da China de depender menos das exportações e da indústria, e mais dos serviços e do consumo interno.

A produção industrial chinesa avançou 5,9% em ritmo anual em dezembro, contra 6,2% em novembro, uma queda superior à esperada pelos analistas. As vendas no varejo – barômetro crucial do consumo interno – perderam força no mês passado, mas avançaram 11,1% em um ano.

### **Expectativa e mercados**

O número ficou um pouco abaixo da expectativa inicial do primeiro-ministro, que havia informado que o resultado seria de 7%, e caiu 0,4% em relação a 2014, quando o país fechou o ano com crescimento de 7,3%.

O crescimento do PIB ficou próximo da meta de 7% estabelecida pelo governo chinês, que para os próximos cinco anos tem como objetivo um crescimento mínimo anual de 6,5%. A previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) era de crescimento do PIB chinês de 6,8% no ano passado e de 6,3% este ano.

A desaceleração do PIB da China, que vem diminuindo seu ritmo de crescimento, tem preocupado mercados em todo o mundo, especialmente de países que exportam para o gigante asiático.

O Brasil faz parte desse grupo. Em 2015, 18% de todas as exportações do país foram para a China. Nos últimos 5 anos, foram US\$ 238 bilhões em exportações do Brasil para o país asiático, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Nas primeiras semanas de 2016, preocupações sobre a saúde da economia da China derrubaram os mercados no mundo inteiro. Dados mais fracos que o esperado sobre a indústria chinesa derrubaram a bolsa de Shanghai, arrastando os mercados na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, a Bovespa também foi afetada pelos temores externos.



Empregado trabalha em linha de montagem de carros eletrônicos em Pequim (Foto: Kim Kyung-Hoon/Reuters)

## Entenda o que está acontecendo na China e os reflexos nos mercados

Aumentam os temores sobre a desaceleração da economia chinesa. 'A bolha da economia chinesa começou a estourar', diz economista.

Darlan Alvarenga e Taís LaportaDo G1, em São Paulo



Um investidor é visto na frente de uma placa eletrônica que mostra informações de ações em uma corretora em Xangai, na China. (Foto: Aly Song/Reuters)

As preocupações em torno da economia da China têm abalado os mercados internacionais, provocando uma onda de fuga de ativos considerados mais arriscados e uma derrubada nas principais bolsas de valores do mundo.

### Crescimento da China

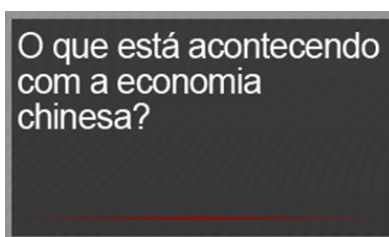
Nesta segunda-feira (24), a bolsa de Xangai afundou mais de 8%, a maior queda diária desde o auge da crise financeira global em 2007, em meio à forte aversão ao risco global de uma desaceleração da economia chinesa.

A forte turbulência nos mercados tem como pano de fundo as indicações de que a desaceleração da economia chinesa poderá ser maior do que vêm indicando as projeções para o PIB (Produto Interno Bruto) oficial.

Paralelo a isso, as medidas do governo de socorro à bolsa chinesa vêm afastando os poupadores e atraindo mais especulação.

O movimento recente do banco central da China de desvalorizar o iuan também levou a um choque negativo no apetite de risco e elevou a preocupação de contaminação no crescimento global.

Confira abaixo perguntas e respostas sobre China:



A China chegou a crescer 13% em 2007 e 10,4% em 2010, e manteve o ritmo em patamares elevados até o ano passado. Este ano, o crescimento esperado do PIB chinês em torno de 7% está abaixo do esperado. O Fundo Monetário Internacional (FMI) previu em seu último relatório que a China deve crescer 6,8% em 2015 – a menor taxa anual para o país em 25 anos.

"A bolha da economia chinesa começou a estourar depois de vários anos de crescimento robusto. Agora, está virando uma bola de neve e levando a bolsa junto", analisa o professor de finanças Alexandre Cabral, para quem os sinais de que a China desacelerava surgiram desde o ano passado.

Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset Management, afirma que a avaliação feita no mercado é de que a China nunca mais voltará a crescer a taxas ao redor de 10% ao ano por conta das fortes alterações macroeconômicas realizadas no país.

### Por que a China está crescendo menos?

Com o forte avanço do PIB chinês nos últimos anos, a China tentou mudar o perfil de sua economia de um modelo predominantemente exportador para uma economia voltada ao consumo interno.

O Banco Central da China se comprometeu a apoiar o crescimento 'sustentável' do país e passou a limitar investimentos do exterior. As exportações, que apoiavam a economia chinesa, passaram a cair e o governo precisou desvalorizar o iuan.

Para o FMI, a desaceleração da China e a forte queda de seu mercado acionário não é o anúncio de uma crise, mas um ajuste "necessário".

### Quais as consequências de um menor crescimento chinês?

Com o crescimento menor que o esperado na China, a demanda por commodities (petróleo, minério de ferro, soja, açúcar) no mundo cai e isso afeta todos os países, especialmente o Brasil, que tem o país asiático como principal destino de suas mercadorias.

"Os grandes afetados neste panorama são os países emergentes que se alinham à China, principalmente depois da crise de 2008", diz Vieira. "A expectativa é sobre como a China irá se inserir nesse novo cenário de crescimento mais modesto e como os países que se tornaram dependentes da China vão se comportar a partir disso", diz Vieira.

## A tensão na China pode afetar o Brasil?

O principal índice da Bovespa caiu para seus menores níveis desde abril de 2009 por preocupações com o que ocorre na China. Já o dólar bateu R\$ 3,58, atingindo nível mais alto em mais de 12 anos.

Além do impacto no preço de commodities e volume exportado para a China, um menor crescimento chinês pode ocasionar uma fuga maior de recursos feitos por investidores internacionais em países emergentes como o Brasil.

"Os gringos podem começar a sair do país, não devido aos problemas internos da economia, mas porque os estrangeiros podem precisar fazer caixa e vender suas ações", diz Cabral.

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, disse que o governo tem agido para reduzir a volatilidade no câmbio e que o Brasil 'está preparado' para enfrentar turbulências como a provocada nesta segunda nos mercados após novo tombo da bolsa chinesa. "Temos um elevado estoque de reservas internacionais que dá ao Brasil segurança e capacidade para enfrentar essa flutuação cambial sem gerar um problema financeiro no país", destacou.

## O que está acontecendo com a bolsa chinesa?

As ações chinesas vêm perdendo valor desde junho e está perto de zerar seus ganhos neste ano. Os dados da economia chinesa não têm sido muito positivos ultimamente, e isso vem gerando temor entre os investidores sobre a "saúde" do país. O PIB do primeiro trimestre, por exemplo, apesar de ter crescido 7%, mostrou o pior ritmo em seis anos.

## Quem são os investidores que estão fugindo da bolsa chinesa?

Na China, diferentemente dos mercados europeus ou dos Estados Unidos, 80% dos investidores são cidadãos, pessoas físicas. Muitos deles são inexperientes e seguem rumores ao tomar decisões. Assim, o mercado é mais vulnerável a reviravoltas repentinas, como num rebanho.

Outro lado da questão é que investidores de longo prazo estão investindo menos em ações porque muitos acumularam bons ganhos no último ano. O índice de Xangai, por exemplo, havia acumulado alta de 150% até junho.

O governo de Pequim tinha visto nos mercados acionários uma peça importante na estratégia de transformar o país numa sociedade de consumo. A popularização das bolsas serviria para recapitalizar as endividadas empresas do país e, ao mesmo tempo, fazer com que o pequeno investidor se sentisse rico. No entanto, o efeito tem sido oposto.

Que medidas o governo chinês tem tomado?

A agência que supervisiona as maiores estatais do país disse tê-las aconselhado a não vender ações e a comprar mais "para garantir a estabilidade do mercado". A China passou também a permitir que fundos de pensão administrados por governos locais invistam no mercado acionário. Mas as medidas surtiram pouco efeito – e o risco de intervenção do governo poderá só piorar as coisas, já que investidores podem se assustar ainda mais.

Outras medidas foram tomadas incluem emissões de bônus financeiros ou refinanciamento de empréstimos e o aumento das compras de ações de pequenas e médias empresas pela Comissão Reguladora da Bolsa de Valores da China para aumentar a liquidez do mercado.

O governo chinês decidiu também cortar suas taxas de juros e, ao mesmo tempo, afrouxou as taxas do depósito compulsório pela segunda vez em dois meses.

Quais as preocupações com a desvalorização do iuan?

Ainda que a medida possa representar um estímulo às exportações chinesas, aumentaram os temores de uma maior desaceleração do crescimento chinês, o que levaria a uma contração da demanda por matérias-primas (petróleo, minério de ferro, soja, açúcar etc).

"Boa parte do que eles produzem também depende de importação. Se a China mantiver esse pretense ritmo econômico e se isso gerar inflação, o tiro pode sair pela culatra", avalia Jason Vieira,

Outros analistas acreditam que a desvalorização poderá desencadear guerras cambiais, com a desvalorização da moeda de outros países emergentes, na tentativa de se tornarem mais competitivos.

O que pode acontecer  
com o preço das  
commodities?

O valor das commodities já vem atingindo mínimas históricas por conta da menor demanda mundial. Com a queda brusca das ações chinesas, os preços das matérias-primas recuaram fortemente. O minério de ferro, exportado pela Vale, chegou a cair em torno de 4% na segunda-feira (24) e o petróleo chegou a atingir uma nova mínima em seis anos.

Os contratos futuros do açúcar bruto recuaram para uma mínima de sete anos no mesmo dia, enquanto o café arábica caiu para o menor nível em um ano e meio. Operadores disseram que a fraqueza do real também era um fator chave de pressão para o açúcar e o café, que têm o Brasil como principal produtor, uma vez que a desvalorização da moeda local torna as vendas mais atrativas para os produtores.

